

**ATA DA 312ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP  
REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE JULHO DE 2005**

Aos quatro e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se para sua sessão ordinária, realizada em Brasília/DF. Estiveram presentes o 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência do CNPCP, Vetuval Martins Vasconcelos e os seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Carlos Martins Antico, Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis, Cassio Castellarin, César Oliveira de Barros Leal, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Mario Julio Pereira da Silva, Maurício Kuehne, Pedro Sérgio dos Santos e Rogério Etzel. Justificaram a ausência, por motivos de força maior, os Conselheiros Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Frederico Guilherme Guariglia, Laertes de Macedo Torrens e Ricardo de Oliveira Silva. O Vice-Presidente declarou aberta a sessão e agradeceu a presença dos demais membros. Submeteu à apreciação dos presentes a ata da 311ª Reunião Ordinária do CNPCP, que foi aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Passando à fase das comunicações, o Conselheiro Maurício Kuehne anunciou que esteve em São Roque /SP, onde participou do III Encontro de Execução Criminal e Administração Penitenciária, organizado pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado, informando que também estiveram presentes os Conselheiros Carlos Lélío Lauria Ferreira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Ana Sofia Schmidt de Oliveira e Carlos Weis. Disse que, na abertura do evento, representou o CNPCP, pois o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira não pôde comparecer. Desse encontro resultou uma Carta com algumas recomendações. Referiu, ainda, que o Diretor do DEPEN/MJ, Dr. Clayton Alfredo Nunes, está deixando o cargo, por questões vinculadas à Procuradoria do Estado de São Paulo e que o Dr. Nagashi Furuwaka o convidou para assumir o cargo de Diretor Adjunto da Pasta. Por fim, disse que o Dr. Clayton Alfredo Nunes realizou, frente ao DEPEN/MJ, uma gestão digna de aplausos e elogios. O Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva comunicou que, no dia 21 de junho, faleceu o emitente Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, um grande amigo do Conselho, ao qual deu uma extraordinária contribuição quando Secretário-Executivo do Ministério da Justiça na gestão do Ministro Renan Calheiros. Informou que esteve no enterro e na missa e que tomou a liberdade de cumprimentar a família em nome do Conselho. Solicitou, a seguir, um minuto de silêncio, no que foi atendido. O Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos propôs que se encaminhe um voto de pesar à família. Proposição aprovada. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne disse que participou, juntamente com o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, com o Dr. Fábio Sá e técnicos do DEPEN/MJ, de reunião para tratar da Resolução nº 16/94 que cura das diretrizes para construção e reforma de estabelecimentos penais e que, brevemente, apresentarão o resultado final ao Conselho. Com a palavra, o 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos fez ver que esteve, no dia 30 de junho, com o Diretor Jurídico do Banco do Brasil, Dr. Miguel Oscar Viana Peixoto. Assim o fez porque o Banco do Brasil indeferiu a solicitação de patrocínio para o X Concurso Nacional de Monografias. Felizmente, aduziu, foi obtido o apoio ao Concurso com os mesmos valores dos anos anteriores. Comunicou, ainda, que a reunião em Porto Alegre/RS está agendada para os dias 10, 11 e 12 de agosto. Continuando a reunião, foi apreciado um parecer sobre o Regime Disciplinar Diferenciado. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos informou que, na reunião realizada em Recife/PE, o Conselheiro Carlos Weis fez chegar às mãos dos Conselheiros duas notas publicadas no Diário Oficial de São Paulo, uma referente à adoção do Regime Disciplinar Diferenciado e Especial e outra sobre vídeo-conferência, ficando acertado que ele faria o estudo sobre o RDD e o RDE. Indagou se o Conselho se manifestará novamente sobre vídeo-conferência, porquanto o Conselho já elaborou uma Resolução nesse sentido. O 1º Vice-Presidente informou que, na reunião de Recife/PE, foi designada a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira para apresentar estudo referente ao assunto, solicitando que se suspenda essa discussão até a Conselheira apresentar novo parecer.

Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos iniciou a leitura do estudo referente ao Regime Disciplinar Diferenciado e Especial. Após a leitura, o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal fez algumas considerações, que foram acatadas. O Conselheiro Carlos Weis parabenizou o trabalho do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos e sugeriu que a Comissão responsável pela inspeção no Estado de São Paulo realize visita aos Centros de Ressocialização e aos estabelecimentos que adotam o Regime Disciplinar Diferenciado e Especial. Com a palavra, o Conselheiro Rogério Etzel cumprimentou o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos pelo trabalho e sugeriu que complemente a conclusão. O Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira, após parabenizar o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos, disse que muitos estados estão transferindo presos sem autorização judiciária e que o ex-Secretário de Estado da Justiça da Paraíba está sendo processado por isso. Agregou que o Judiciário e o Ministério Público têm conhecimento do fato como também do RDD e do RDE, sugerindo que fosse encaminhado o parecer aludido a essas autoridades. Por sua vez, a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira disse que o Judiciário não se aparelhou e não tem interesse em se aparelhar e que a administração penitenciária tem pressa e o Judiciário não, pois talvez o tema não lhe interesse. Assinalou que assumiu a Coordenadoria de Assistência Judiciária aos Presos de São Paulo e que ficou impressionada com o tempo de urgência presente no trabalho. Falou que o papel do Conselho é muito importante para refrear essas novas idéias de urgência que o Estado exige. O Conselheiro Carlos Weis disse que a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira é sua chefe e que ficou muito feliz com a presença de uma pessoa tão competente à frente da Assistência Judiciária, parabenizando-a pelo cargo. Disse, ainda, que, no evento organizado pela Secretaria de Administração Penitenciária, conversou com vários juizes das varas de execução das comarcas do interior do Estado que relataram o grau de penúria e abandono em que se encontram. E que o Poder Judiciário vem aparelhando outras áreas e a execução criminal vem sendo esquecida. De modo que estes juizes estão muito apavorados. Propôs que se encaminhe um ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, relatando a preocupação com o aparelhamento das varas de execução criminal em face do aumento de presos e da interiorização das varas. Após várias manifestações, foi sugerido que se colacionem dados concretos, ficando como relator o Conselheiro Carlos Weis. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos colocou em votação o parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos, sendo aprovado com louvor, com as devidas complementações. Sugeriu-se que seja publicado no *site* do CNPCP e encaminhado ao Conselho Seccional da OAB/SP, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, ao Judiciário e ao Ministério Público do Estado de São Paulo com o posicionamento do CNPCP para possível encaminhamento de providências legais. Ainda com a palavra, o 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos cumprimentou a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira pela sua nova função. Com a palavra, a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira informou que recebeu uma proposta de indulto para mulheres, encaminhado pela Juíza Kenarik Felipe, e que esse documento informa que teria sido entregue no Ministério da Justiça. Solicitou que se verifique no Gabinete do Ministro. Dando seqüência à pauta de reunião, foi apreciado, preliminarmente, o Indulto Natalino de 2005, sendo que, após várias considerações por parte dos Conselheiros, o Conselheiro Relator Maurício Kuehne ficou incumbido de apresentar novo relatório circunstanciado na próxima reunião. Na parte da tarde, o 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos cumprimentou o Sociólogo e Pesquisador Dr. Julio Jacobo Waiselfisz, autor do estudo lançado pela UNESCO “Mapa de Violência de São Paulo”, convidando-o a compor a mesa. Registrou que o CNPCP é um órgão integrante do Ministério da Justiça que tem várias funções, dentre elas a de fiscalizar, em cooperação com outros órgãos, a execução penal em todo o País, tendo a importante missão de planejar e propor ao Poder Executivo a formulação de políticas na área de direito penal, direito processual penal e execução penal. Acrescentou que, como órgão normativo, intenta orientar, por meio de portarias e resoluções, a execução penal nas unidades federativas. E, por fim, falou que o CNPCP tem a função de fiscalizar os recursos do FUNPEN na construção e manutenção de presídios e na

capacitação do pessoal penitenciário. Na seqüência, o Conselheiro Carlos Weis apresentou o Dr. Julio Jacobo Waiselfisz e, após cumprimentar a todos, endossou as palavras do 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos, dizendo ser um privilégio receber o Dr. Julio Jacobo Waiselfisz na reunião, e que teve oportunidade de acompanhar a confecção desse estudo, pois a relatora Gabriela Athias é sua esposa. Disse que Dr. Julio Jacobo Waiselfisz é Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco, sociólogo pela universidade de Buenos Aires, destacando que exerceu a docência de pesquisa em diversas universidades latino-americanas, foi consultor de organismos internacionais e é especialista no estudo da violência. Em seguida, destacou algumas publicações como o “Mapa da Violência IV. Os Jovens do Brasil” publicação da UNESCO; “Revertendo Violências, Semeando Futuros” e “Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003”, também da UNESCO. O Conselheiro Carlos Weis disse que acompanhou o lançamento desse estudo sobre a Violência no Estado de São Paulo, o qual assinala a queda da violência e suas razões. Por tudo isso, solicitou a presença do Dr. Julio Jacobo Waiselfisz para expor sua pesquisa no Conselho. Com a palavra, o Dr. Julio Jacobo Waiselfisz, após cumprimentar a todos, agradeceu a oportunidade. Disse que a UNESCO vem trabalhando o tema “violência e juventude” faz muito tempo. Iniciou no ano de 1997 com a morte do índio Galdino, quando jovens de classe média alta cometeram um crime bárbaro. Até então, a violência era vista como uma questão da pobreza, da fome e do abandono. Na morte do índio Galdino, foi demonstrando que todas as pesquisas foram por um caminho inverso ao que se tinha com relação à violência. Disse que a publicação do “Mapa da Violência de São Paulo” evidencia que os jovens continuam sendo as maiores vítimas. A pesquisa não apenas traça um perfil da violência em São Paulo, como também apresenta alternativas inovadoras que impliquem uma atitude pró-ativa da sociedade civil organizada. Esse estudo exhibe uma queda dos índices de violência de um estado brasileiro. Apresentou o mapa da Violência de São Paulo através de slides, esclarecendo que vem a ser fruto da combinação da maior eficiência do aparelho de segurança pública com uma mobilização social forte e articulada com o poder público. O empenho de empresários, que se uniram para criar o Instituto São Paulo contra a Violência; de lideranças estudantis, que se mobilizaram por uma ampla campanha de desarmamento, de líderes comunitários e de organizações não governamentais que executam projetos de inclusão social, foi capaz de mudar o quadro de diminuição da violência no Estado de São Paulo. Após a sua explanação, com o intuito de verificar a existência de quedas nos índices de violência do Estado de São Paulo, procurando qualificar as quedas (abrangência, ritmos, dinâmica), delimitar as causas ou fatores determinantes e tirar lições para divulgar em outros estados ou países, foi possível verificar que onde existem trabalhos conjuntos com a sociedade civil organizada houve *pari passu* a queda da violência. Por outra parte, nos locais que adotaram a lei seca os números da violência são maiores. O Conselheiro Carlos Weis disse que o Governador do Estado de São Paulo comemorou o grande número de atendimentos no programa Escola da Família e no programa Escola Aberta que oferece várias atividades de oficinas ou programas culturais e esporte. Após várias manifestações, o Dr. Julio Jacobo Waiselfisz entregou algumas publicações: “Mapa da Violência de São Paulo”, “Mapa da Violência IV. Os Jovens do Brasil”, o “Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003” e “Mortes Matadas por Arma de Fogo no Brasil” todas publicadas pela UNESCO. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos agradeceu e retribuiu com as Revistas, as Resoluções e as Diretrizes do CNPCP. Parabenizou a pesquisa e agradeceu a sua presença. Dando continuidade à reunião, o 1º Vice-Presidente saudou o Diretor do DEPEN/MJ, Dr. Clayton Alfredo Nunes que, após cumprimentar a todos, anunciou sua saída do Departamento Penitenciário Nacional, justificando que será Secretário Adjunto da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Disse que continuará tentando fazer o melhor. Falou que, por enquanto, as atividades do DEPEN/MJ permanecerão iguais até o Ministro da Justiça nomear um novo Diretor. Agradeceu a todos os Conselheiros e ao Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira pelo apoio. O Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira agradeceu em seu nome e em nome dos Secretários de Justiça dos Estados, asseverando que o Governo Federal perdeu um grande

administrador, desejando que Deus o abençoe nessa nova jornada. O Conselheiro Carlos Weis disse que, como colega de profissão, sabe do compromisso comum e de toda sua dedicação. O Conselheiro Maurício Kuehne registrou que a sua saída ocorre em uma hora imprópria, pois a partir de agora ele veria os planos serem colocados em prática. O Dr. Clayton Alfredo Nunes falou que, hoje, o DEPEN/MJ tem uma estatística atualizada, um diagnóstico do sistema prisional, com os números de presos e de estabelecimentos existentes. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos desejou, em nome do Conselho e do Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, sucesso na sua nova etapa. Houve uma salva de palmas ao Diretor do DEPEN/MJ. Dando continuidade à reunião, foi referida a Resolução do CNPCP nº 16/94 que trata das diretrizes para a construção de presídios, aproveitando-se a presença do Dr. Clayton Alfredo Nunes para esclarecer algumas questões. O Dr. Clayton Alfredo Nunes disse que encaminhou a proposta de cobrança previdenciária do preso, dando um formato final ao projeto de lei. Falou da questão do número de presos em cada cela, que seria de 8, e da questão da área. Disse que os estados têm dificuldade de encontrar terrenos para as construções de penitenciárias. Disse, ainda, que com bons funcionários e equipamentos adequados não há necessidade de uma metragem tão alta para o recuo. Após várias manifestações, o Conselheiro Maurício Kuehne disse que, juntamente com o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, se reunirá em Brasília/DF com os técnicos para finalizar o trabalho, apresentando-o na próxima reunião para discussão final. Ainda com a palavra, o Dr. Clayton Alfredo Nunes esclareceu que fez algumas alterações no plano nacional de saúde. Por fim, despediu-se e agradeceu a oportunidade. No dia seguinte, o 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos iniciou a reunião com a apreciação e análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: **1)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000027/2005-18. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, referente ao exercício de 2004. Parecer do Conselheiro Cassio Castellarin: parecer oral pela aprovação do relatório, com louvor. Aprovado, à unanimidade. **2)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000019/2005-63. Assunto: Inspeção nos presídios Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, Monte Libano, Cachoeiro de Itapemerim no Estado do Espírito Santo. Parecer do Conselheiro Cassio Castellarin: parecer oral, destacando as péssimas condições do presídio em questão e depositando o processo na Secretaria do CNPCP para servir de subsídio por ocasião da visita de inspeção. Aprovado, à unanimidade. **3)** MJ/CNPCP nº 08037.000010/2005-52. Assunto: Ofício nº 50, de 23/03/2005. Secretaria de Reforma do Judiciário. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 11/01/1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: com sugestões tópicas ao estudo sobre a Lei Complementar nº 80/94 em harmonia com a Resolução nº 16/2003 que versa sobre a matéria. Aprovado, à unanimidade. **4)** MJ/GM nº 08001.008223/2004-59. Assunto: DEPEN/MJ. Remição da Pena. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: apresenta proposta de nova redação ao art. 128 da LEP “A contagem do tempo remido far-se-á mediante o seu acréscimo à pena já cumprida”. Aprovado, à unanimidade dos presentes, com a ressalva de que, por modificação orientação anterior do Conselho, deva submeter-se à apreciação dos demais, ausentes na presente reunião. **5)** Processo MJ/SAL nº 08027.000029/2005-07. Assunto: Encaminha cópia do procedimento administrativo nº 1.00.000.004355/2005-35, que trata da presença de irregularidades no Centro de Recuperação Agrícola Sílvio Hall – Santarém/PA. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pela conversão em diligência junto ao DEPEN/SNJ/MJ. Aprovado, à unanimidade. **6)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000014/2005-31. Assunto: Relatório de Atividades Desenvolvidas pelo Conselho Penitenciário, junto com o Relatório de Visita de Inspeção realizadas no Complexo Penitenciário do Estado do Amapá. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pela conversão em diligência junto ao DEPEN/SNJ/MJ. Aprovado, à unanimidade. **7)** Processo MJ/SAL nº 08027.000026/2005-65. Assunto: Encaminha pareceres de Conselheiros referentes a um pedido de indulto com fulcro no inciso V, do art. 1º, do Decreto nº 5.295/04. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela orientação no sentido de remessa dos autos à origem com sugestões

pontuais. Aprovado, à unanimidade. O Conselheiro Carlos Weis elogiou o parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal sobre defensorias e solicitou que lhe fosse encaminhada, via e-mail, pois participa de um grupo que debate o projeto de lei para criação da Defensoria em São Paulo, informando que o projeto de lei já está com o Governador do Estado de São Paulo e que, a qualquer momento, será publicado. Comunicou que está elaborando um questionário que trata do funcionamento da defensoria pública relativamente à situação carcerária. Informou que o Dr. Renato Del Vitto está saindo da Secretária de Segurança Pública e que já deixou alguém responsável para fazer chegar ao Conselho as alterações do regimento da defensoria. Entregou a todos os Conselheiros duas publicações sobre Justiça Restaurativa. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos solicitou que o parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal sobre remição seja encaminhado para publicação na revista da Escola Superior do Ministério Público. O Conselheiro concordou. Foi agendada a visita de inspeção dos estabelecimentos penais no Estado do Piauí. Por fim, o 1º Vice-Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

**ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA**

Presidente

Publicada no DOU de 19/08/05, Seção 1 – p. 43.